



21 DE OUTUBRO DE 2015

Quarta-feira

- EM REUNIÃO, TRABALHADORES REJEITAM PROPOSTA DOS BANCOS E MANTÊM GREVE PELO 15.º DIA
- METALÚRGICOS RECUSAM BANCO DE HORAS NA CHERY
- TRABALHADORES DA FORD EM CAMAÇARI FAZEM PROTESTO
- CATERPILLAR ENTRA NO PPE E CORTA JORNADA E SALÁRIO EM CAMPO LARGO
- ACORDO AUTOMOTIVO COM A COLÔMBIA DEVE SER ASSINADO EM NOVEMBRO
- BELGO BEKAERT ESTIMA REPETIR RESULTADO DE 2014
- VENDAS DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS AO BRASIL TÊM QUEDA DE 20,7% EM SETEMBRO
- CAMINHÕES AUTÔNOMOS JÁ SÃO REALIDADE EM DUAS MINAS AUSTRALIANAS
- PRODUÇÃO DE CARVÃO DA VALE CAI MAIS DE 12% NO TERCEIRO TRIMESTRE
- MERCEDES-BENZ VITO SERÁ LANÇADA NO BRASIL
- VALTRA LEVA À AGROLEITE 2015 NOVA FAMÍLIA DE TRATORES DE MÉDIA POTÊNCIA
- INSTITUTO PARANAENSE AUXILIA EMPRESAS A INVESTIR EM PROJETOS SOCIAIS
- PRAZO PARA ADESÃO AO PROGRAMA DE PARCELAMENTO DO GOVERNO DO PR É PRORROGADO
- COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE APROVA ISENÇÃO DE IPI PARA VEÍCULOS ELÉTRICOS E HÍBRIDOS
- DESENVOLVIMENTO DA MICROEMPRESAS RECEBE MAIS RECURSOS NAS EMENDAS DA CAE
- GOVERNO VAI MUDAR META DE PRIMÁRIO E RECONHECER DÉFICIT QUE PODE CHEGAR A R\$50 BI EM 2015

- ÍNDICE DE INFLAÇÃO DO ALUGUEL SOBE 1,86% NA 2ª PRÉVIA DE OUTUBRO, DIZ FGV
- PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE EMPREGO E RENDA PIORA EM OUTUBRO, DIVULGA CNC
- CRÉDITO DE BANCOS DE MONTADORAS PARA FINANCIAMENTO CAI 7,06% EM AGOSTO, DIZ ANEF
- VOTORANTIM PARALISA SETOR DE ACIARIA DE USINA NO RIO DE JANEIRO
- RELACIONADAS OPERAÇÕES PASSÍVEIS DE COMUNICAÇÃO AO COAF NA COMERCIALIZAÇÃO DE VEÍCULOS
- GERDAU VAI CONTRATAR ATÉ US\$1 BILHÃO EM LINHA DE CRÉDITO GLOBAL
- INDÚSTRIA DE AUTOPEÇAS APOSTA EM EXPORTAÇÕES PARA VOLTAR A CRESCER EM 2016
- MULTINACIONAIS GERAM OPORTUNIDADE NO EXTERIOR, MAS SEM REGALIAS
- CFO DA GM DIZ NÃO VER FIM EM BREVE PARA DESAFIOS NO BRASIL
- CORREÇÃO: VALOR REAL DAS CONSTRUÇÕES NO PAÍS CRESCERAM 3,7% EM 2013, REVELA IBGE
- HABITAÇÃO, TRANSPORTES E ALIMENTAÇÃO RESPONDEM POR 0,48 PP NO IPCA-15, DIZ IBGE
- BHP AUMENTA PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO E REDUZ INVESTIMENTOS EM PETRÓLEO
- CHINA BUSCA ATRAIR INVESTIDORES PRIVADOS PARA PROJETOS, DIZ MÍDIA ESTATAL
- ITAIPU BATE RECORDE E GERA MAIS DO QUE SUA CAPACIDADE NOMINAL
- INDÚSTRIA BRASILEIRA EXPORTA MAIS POR MENOS POR CAUSA DOS PREÇOS MENORES
- VOLKSWAGEN TERÁ DE REVER IMPÉRIO DE 12 MARCAS PARA SUPERAR CRISE
- RETRAÇÃO DO SETOR AUTOMOTIVO CAUSA PERDA DE R\$ 16 BI PARA O GOVERNO, DIZ ANFAVEA
- GOVERNO SUSPENDE OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE CHIP EM CARRO SAÍDO DE FÁBRICA
- STARBUCKS E FIAT RECEBERAM BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS ILEGAIS, DIZ UE
- BASE ALIADA NA ALEP REJEITA 'PEDAGIÔMETRO' NO PARANÁ
- ARTIGO: RECOMEÇAR

- CRISE PROVOCA ÊXODO DE PROFISSIONAIS EM EMPRESAS MULTINACIONAIS NO BRASIL
- TOYOTA ANUNCIA RECALL DE 6,5 MILHÕES DE CARROS

CÂMBIO EM 21/10/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,948	3,948
Euro	4,482	4,483

Fonte: BACEN

Em reunião, trabalhadores rejeitam proposta dos bancos e mantêm greve pelo 15.º dia

21/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



O Comando Nacional dos Bancários rejeitou nesta terça-feira, 20, a proposta da Federação Nacional dos Bancos de reajuste salarial de 7,5%, sem abono salarial, informou o Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região.

O aumento foi apresentado durante um encontro com os grevistas na tarde desta terça, em São Paulo. De acordo com o sindicato, uma nova rodada de negociações está marcada para a quarta-feira, 21, às 11 horas.

Até lá, os trabalhadores continuarão paralisados depois de 15 dias de movimento.

A estimativa da Federação dos Trabalhadores do Paraná ligada à CUT (Fetec-CUT-PR) era de que 20.217 funcionários de 819 agências estavam com as atividades paralisadas em todo o estado. A entidade representa 80% dos profissionais.

Proposta

A nova proposta das instituições cobre os 5,5% de reajuste proposto, mas não inclui o abono de R\$ 2,5 mil, que não seria incorporado aos salários.

Os bancários exigem um aumento de 16%, que considera a reposição da inflação mais um ganho real de 5,7%.

Metalúrgicos recusam banco de horas na Chery

21/10/2015 – Fonte: R7



O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região se reuniu na terça-feira, 20, com representantes da Chery para falar sobre campanha salarial e manter a posição contrária ao dayoff ou banco de horas.

“Somos contrários porque isso é flexibilização da jornada de trabalho. A Chery terá de fazer paradas técnicas (para ajustes e adequação a novos produtos) e este é um problema com o qual ela tem de arcar, não os trabalhadores”, afirma o presidente do sindicato, Antônio Ferreira de Barros.

Uma nova reunião está programada para o dia 29 de outubro. Segundo o dirigente, a atividade da fábrica permanece normal.

A unidade fica na cidade de Jacareí (SP) e produz o modelo Celer nas versões hatch e sedã.

As mudanças na unidade servirão para receber a produção do novo QQ, modelo compacto da fabricante de origem chinesa.

Trabalhadores da Ford em Camaçari fazem protesto

21/10/2015 – Fonte: R7

Trabalhadores da Ford em Camaçari, na Bahia, paralisaram a produção na terça-feira, 20, e fizeram uma passeata pela cidade em protesto contra possíveis demissões na unidade que produz os modelos EcoSport e Ka.

Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari, Júlio Bonfim, o complexo industrial pode fechar cerca de 1.400 vagas, de um total de 12 mil trabalhadores.

Bonfim disse que 500 cortes devem ser feitos na fábrica da Ford, 192 nas autopeças que operam na linha de montagem e outros 700 entre o pessoal que trabalha na empresa de logística DHL.

Em nota, a Ford confirmou a paralisação da produção na terça, mas afirmou que "está em negociação com o sindicato para, de forma conjunta, adequar o nível de produção à demanda do mercado, mas não há nenhuma medida a ser anunciada no momento".

Bonfim disse que a Ford alega dificuldades com a crise, mas, ao mesmo tempo, informou que deve produzir 198 mil veículos este ano, volume pouco inferior aos 212 mil de 2014 e próximo aos 199 mil de 2013, "quando não havia crise". Segundo o sindicalista, a fábrica vai operar quatro dias por semana neste mês e no próximo.

Em setembro, trabalhadores da Ford de São Bernardo do Campo (SP) fizeram greve depois do anúncio de 200 demissões. Após negociações, empresa e funcionários aceitaram aderir ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE) e os cortes foram suspensos.

As montadoras demitiram 10,9 mil trabalhadores este ano e 33 mil estão inscritos no PPE, programa que reduz jornada e salários, com parte do corte sendo bancado pelo FAT.

Caterpillar entra no PPE e corta jornada e salário em Campo Largo

21/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



O governo federal autorizou, nesta terça-feira (20), a adesão da fábrica da Caterpillar em Campo Largo (Região Metropolitana de Curitiba) ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE). Com isso, 580 funcionários terão a jornada de trabalho reduzida em 30% e os salários, em 15%.

A perda no salário é menor porque parte dela é coberta por subsídios do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O corte da carga horária e da remuneração terá duração inicial de três meses, mas pode ser prorrogado.

A fabricante de equipamentos para construção é a primeira empresa do estado a ter sua adesão ao PPE homologada pelo governo. Os funcionários votaram pela participação no programa em 20 de setembro e desde então o acordo estava em análise no Ministério do Trabalho, segundo o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Montadoras de Veículos, Chassis e Motores de Campo Largo (Sindimovec).

Plano de proteção ao emprego evita apenas 7% das demissões

Programa teve pouco menos de 20 mil adesões confirmadas até agora. De julho para cá, o país cortou 243 mil postos de trabalho

Na segunda-feira (19), a **Gazeta do Povo** informou, incorretamente, que a Volkswagen em São José dos Pinhais havia sido a primeira empresa a aderir ao programa. Na verdade, será a segunda.

Os funcionários da montadora alemã aprovaram a redução da jornada em 20% e dos salários em 10% em assembleia na porta da fábrica, mas o acordo ainda precisa passar pelo crivo do Ministério do Trabalho.

Segundo o Sindimovec, a Caterpillar, afetada pela crise econômica e a forte queda na demanda por seus equipamentos, demitiu mais de 200 pessoas desde agosto de 2014, o que reduziu o quadro de pessoal da fábrica em 26%. A unidade paranaense da empresa produz pás carregadeiras e retroescavadeiras.

“A adesão ao PPE foi o último recurso da empresa, que já vinha usando banco de horas, férias coletivas e licenças remuneradas para se adequar à queda na demanda”, diz Adriano Carlesso, presidente do Sindimovec.

Segundo ele, embora diminua o poder de compra do trabalhador, o programa ainda é “a melhor saída” para evitar demissões, porque preserva os direitos trabalhistas – o que não ocorre, por exemplo, na suspensão de contratos de trabalho pelo regime de layoff, muito comum em montadoras.

Acordo automotivo com a Colômbia deve ser assinado em novembro

21/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



O acordo comercial que o setor automotivo brasileiro vem negociando com a Colômbia deve ser assinado em novembro, disse na manhã desta terça-feira (20) o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Moan.

“Com isso, as montadoras já devem começar a exportar para lá no fim deste ano”, prevê. Segundo Moan, a Colômbia importa hoje cerca de 300 mil veículos por ano e o Brasil participa deste mercado com apenas 8 mil unidades. “Nossa penetração é baixíssima. Com o acordo, esperamos elevar nossa participação para 12 mil no primeiro ano, 25 mil no segundo ano e 50 mil a partir do terceiro ano”, estima o executivo.

De acordo com o presidente da Anfavea, os veículos brasileiros têm pouca penetração na Colômbia porque têm uma alta taxa, em torno de 16,5%. O acordo prevê um comércio livre de impostos. Segundo Moan, a Colômbia é o terceiro maior mercado da América do Sul.

Belgo Bekaert estima repetir resultado de 2014

21/10/2015 – Fonte: Valor Econômico

Maior fabricante de arames do Brasil e dona de um portfólio que vai de insumos para o pré-sal ao agronegócio, a Belgo Bekaert Arames viu suas expectativas de crescimento para este ano se reverterem. No ano passado e no início de 2015, a direção apostava que a companhia cresceria até 7%. Agora, fala em apenas repetir os resultados de 2014. A

empresa foi afetada, principalmente, pela redução acentuada dos negócios dos dois grandes consumidores de arames: a construção civil e a indústria automobilística.

A retração da economia brasileira e a crise política que ameaça a presidente Dilma Rousseff com um processo de impeachment inquietam os donos da BBA, o grupo siderúrgico de origem indiana ArcelorMittal e os belgas da Bekaert. O primeiro é o maior produtor de aço do mundo; o segundo, um dos maiores produtores de arame do mundo.

"Essa instabilidade é que é a grande insegurança dos nossos acionistas, tanto ArcelorMittal quanto a Bekaert, para saber o que vai acontecer nesse país", disse, em entrevista ao Valor, o presidente da BBA, Augusto Espescht em entrevista na fábrica em Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte.

O executivo esteve há duas semanas, em Bruxelas, na Bélgica, para a reunião do conselho da BBA, formado por representantes da Arcelor e Bekaert. E, segundo Espescht, o quadro atual no Brasil reduz a disposição dos acionistas em investir mais no negócio de arames no país.

"Ninguém vai colocar o dinheiro onde não tem retorno. Então, eles vão colocando o dinheiro naqueles portos que são mais seguros, naqueles países que são mais estáveis. O Brasil está longe dos mais estáveis.

Quando você vê downgrades na instabilidade, as pesquisas de insatisfação em relação à presidente, os problemas no Congresso, a situação dos principais gestores [de empresas de construção que estão presos], as revelações de corrupção, isso tudo traz uma instabilidade e insegurança violentas para o processo", DIZ o presidente da BBA.

A BBA foi criada em 1997 e tem cerca de 80% de suas vendas no Brasil, onde está presente com nove unidades industriais: em Minas Gerais, São Paulo e Bahia. No ano passado, produziu 700 mil toneladas de arame.

Sua receita líquida foi de R\$ 2,1 bilhões, e o lucro líquido, de R\$ 206 milhões. Em outra parceria, os mesmos sócios são donos da BMB-Belgo-Mineira Bekaert, especializada em arames para pneus.

"A minha expectativa de crescimento para 2015 estava entre 6% a 7% em relação a 2014", disse Espescht. "Mas nós estamos repetindo o ano de 2014. Considero isso um fato positivo porque, com essa queda da economia nacional, a gente manter em volume os nossos resultados é um grande passo", afirma o executivo da BBA.

As unidades da BBA recebem aço das usinas da Arcelor e transformam o insumo em arame fornecido para fabricantes que atendem à construção civil, ao agronegócio, às montadoras de veículos, ao setor de petróleo, à indústria de modo geral e até ao segmento de itens de papelaria como grampos e espirais de cadernos.

Arares BBA estão em tubos usados pela Petrobras no pré-sal, em volantes de automóveis, em arame farpado, em parafusos, em grampos de cabelo, em um total de produtos que até a própria empresa tem dificuldade de estimar.

A BBA, que se apresenta como líder no Brasil em seu setor, vê como seu principal concorrente a Gerdau.

Enquanto, neste ano, a demanda por arame por parte da construção e da indústria de automóveis caiu, houve uma compensação por parte do agronegócio (cujo uso é, sobretudo, para cercas) e também pelo setor de petróleo.

Apesar do corte de investimentos da Petrobras e da redução do ritmo de perfuração de novos poços, a BBA sentiu uma demanda aquecida por arames para a fabricação de tubos que ligam poços já existentes aos portos, aos estoques.

Aos 58 anos - 35 deles no grupo ArcelorMittal - Espescht não esconde a dificuldade traçar planos e estratégias em um cenário de incertezas como o atual. "Há uma dificuldade enorme de visão dos próximos dois ou três meses. Antes, fazíamos um orçamento para um ano, agora fazemos o que chamamos de most recent forecast, que é para um mês, e muitas vezes nós fazemos reuniões semanais para poder trabalhar nisso", diz o executivo.

Dificuldade também está em criar um cenário para o próximo ano para a BBA. Espescht diz que a impressão para 2016 é que será um pouco melhor que este ano, mas que ainda não há elementos muito confiáveis para essa previsão. Uma dúvida, por exemplo, é em relação à velocidade de retomada da indústria de automóveis, afirma ele.

"Temos um portfólio muito forte que sustenta a continuidade dos resultados. Mas não temos mais uma visão de crescimento constante como a que estávamos tendo há cinco anos."

Vendas de produtos siderúrgicos ao Brasil têm queda de 20,7% em setembro

21/10/2015 – Fonte: Monitor Mercantil

As vendas de produtos siderúrgicos ao mercado brasileiro em setembro de 2015 mostraram queda de 20,7% em relação a 2014, atingindo 1,5 milhão de toneladas. As vendas acumuladas em 2015, de 14,2 milhões de toneladas, tiveram redução de 14,3% com relação ao mesmo período do ano anterior.

Com relação ao consumo aparente nacional, o resultado de setembro de 2015 foi de 1,7 milhão de toneladas de produtos siderúrgicos, totalizando 16,9 milhões de toneladas no período de janeiro a setembro de 2015. Esses volumes representaram queda de 24,1% e 14,0%, respectivamente, em relação aos mesmos períodos do ano anterior.

No que se refere às importações, registrou-se em setembro o volume de 224 mil toneladas (US\$ 188 milhões) totalizando, desse modo, 2,8 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos importados no ano.

Apesar das condições adversas do mercado internacional, as exportações de produtos siderúrgicos em setembro atingiram 1,6 milhão de toneladas, no valor de US\$ 680 milhões. Com esse resultado, as exportações até setembro de 2015 totalizaram 10,0 milhões de toneladas e US\$ 5,2 bilhões, crescimento de 48,6% em volume e de 6,1% em valor, quando comparados ao mesmo período do ano anterior.

Este resultado é devido, principalmente, ao aumento de operações inter companies, a partir do segundo semestre de 2014, para fornecimento de semiacabados a plantas na Europa e nos EUA, e, também, devido a ações emergenciais do setor para evitar redução ainda maior do grau de utilização da capacidade instalada.

A produção brasileira de aço bruto em setembro de 2015 foi de 2,5 milhões de toneladas, queda de 13,0% quando comparada ao mesmo mês em 2014. Em relação aos laminados, a produção de setembro, de 1,7 milhão de toneladas, apresentou queda de 23,1% quando comparada com setembro do ano anterior.

Com esses resultados, a produção acumulada nos nove primeiros meses de 2015 totalizou 25,3 milhões de toneladas de aço bruto e 17,4 milhões de toneladas de laminados, quedas de 1,2% e de 8,2%, respectivamente, sobre o mesmo período de 2014.

Caminhões autônomos já são realidade em duas minas australianas

21/10/2015 – Fonte: Notícias de Mineração

Enquanto você caminha pela calçada, automóveis passam ao seu lado levando um ou mais passageiros. Nenhum deles dirige, porém. Os carros são autônomos. Esse cenário futurista virará realidade mais cedo ou mais tarde, não duvido.

Mas, muitos antes disso, veículos que dispensam motoristas atenderão a necessidades específicas. Eis um exemplo atual: os caminhões autônomos das minas de Yandicoogina e Nammuldi em Pilbara, na Austrália.

Se muitas pessoas pensariam duas vezes antes de entrar no simpático carrinho autônomo do Google, imagine se elas recebessem um convite para dar uma volta nesses caminhões: estamos falando de veículos tão grandes que, se passassem pelas ruas do seu bairro, certamente deixariam um longo rastro de destruição.

Caminhões de mineração (mining trucks) têm dimensões colossais e são bastante robustos por uma razão óbvia: precisam transportar grandes volumes (até centenas de toneladas) de terra, pedra, minério e outros materiais, muitas vezes em áreas com terreno irregular.

A condução de um veículo desse porte exige, portanto, bastante destreza do motorista, não só para evitar acidentes — que, dado o tamanho do caminhão, podem alcançar grandes proporções facilmente — como também para combater ocorrências que atrasam o trabalho de transporte (uma manobra mal calculada que exige o reposicionamento do veículo, por exemplo).

Essas foram as principais razões para a Rio Tinto, a companhia que controla as minas de Yandicoogina e Nammuldi, adotar caminhões mineradores autônomos. A empresa afirma que, desde 2012, quando as primeiras unidades entraram em operação, a produtividade no transporte melhorou 12%.

Automatizar os controles de direção dos carros já não é um grande desafio. Tecnologia para isso existe há tempos. As pesquisas atuais visam principalmente desenvolver sistemas que façam o veículo lidar com situações que, dos humanos, exigem reflexo: frear diante de uma fechada inesperada, evitar o atropelamento de um pedestre distraído e por aí vai.

Esse aspecto ajuda a explicar o sucesso que a Rio Tinto está tendo com o programa. Os caminhões mineradores não precisam lidar com esses obstáculos. De modo complementar, os funcionários das minas são orientados para deixar as rotas dos caminhões livres. Com essas e outras medidas, os veículos trafegam com risco mínimo de intercorrências.

O ganho de produtividade se dá pela diminuição das interrupções. Motoristas “de verdade” precisam de pausas para descanso ou para mudar de turno, por exemplo. Com a automação, essas etapas simplesmente foram eliminadas. Os caminhões só param, essencialmente, para reabastecimento e manutenção.

Há mais vantagens aí: as atividades de transporte acabam ficando menos sujeitas a falhas humanas. A companhia não dá números, mas sinaliza que a quantidade de acidentes diminuiu consideravelmente com o novo sistema. Além disso, a mineradora pôde reduzir a necessidade de enviar trabalhadores para regiões inóspitas.

É verdade que, em contrapartida, esse tipo de tecnologia colabora para a diminuição de empregos. Mas, pelo menos em relação aos caminhões da mineradora, esse “efeito colateral” não é tão presente assim: a Rio Tinto explica que os veículos são autônomos na direção, mas são monitorados à distância por equipes de operadores.

Por meio de um sistema que inclui rastreamento por GPS, os funcionários podem acompanhar o cumprimento das viagens, estabelecer novas rotas, paralisar os caminhões quando a situação exigir, aumentar ou diminuir a frota em operação e assim por diante.

A diferença é que tudo é feito remotamente a partir de um ambiente mais seguro e confortável. E bota “remotamente” nisso: a central de controle fica a 1,2 mil quilômetros das minas.

Centro de controle - Rio Tinto

O programa tem apresentado resultados tão interessantes que a Rio Tinto já estuda a possibilidade de colocar caminhões autônomos em outras minas. Em Yandicoogina e Nammuldi, há 69 unidades em operação que, juntas, transportam uma média de 20 milhões de toneladas de minério por mês. Também está nos planos da companhia automatizar os trens de transporte de minério que atuam nessas regiões.

Tudo indica que esse é só o começo. Por conta de questões de segurança, legislação e ética, as ruas devem ser o último lugar em que veremos carros autônomos trafegando livremente. Mas em áreas privadas — como é o caso das minas da Rio Tinto — ou que tenham acesso controlado os impeditivos são muito menores.

Nesse sentido, a gente pode esperar por veículos autônomos atuando em regiões agrícolas, pátios de aeroportos e até em transporte público — já há projetos para ônibus sem motoristas que, teoricamente, podem trafegar em corredores exclusivos de maneira segura e ágil.

Produção de carvão da Vale cai mais de 12% no terceiro trimestre

21/10/2015 – Fonte: Valor Econômico

O total da produção de carvão da Vale atingiu 2,052 milhões de toneladas no terceiro trimestre, 12,3% abaixo do observado em igual período no ano passado, mas 2% acima do segundo trimestre deste ano. No acumulado do ano até setembro, a produção de carvão atingiu 5,759 milhões de toneladas, 9,1% abaixo do observado em igual período em 2014.

A produção de carvão metalúrgico no terceiro trimestre foi de 1,644 milhão de toneladas, uma queda de 6,5% na comparação com igual período do ano passado. Em relação ao segundo trimestre, houve alta de 1%. No acumulado do ano até setembro houve queda de 2,4%, para 4,540 milhões de toneladas.

Já a produção de carvão térmico da mineradora caiu 29,9% no terceiro trimestre, em comparação com igual período do ano passado, atingindo 408 mil toneladas. Em relação ao segundo trimestre, no entanto, houve crescimento de 6,3%. No acumulado do ano até setembro, a produção de carvão térmico da empresa foi de 1,682 milhão de toneladas, uma baixa de 27,5% em relação a igual período em 2014.

Segundo a mineradora, os recuos na produção, no período, refletem interrupção das operações das minas Integra Coal e Isaac Plains, na Austrália. A mineradora detalhou que a mina de Integra Coal foi colocada em manutenção no segundo trimestre de 2014.

A produção a céu aberto continuou ao longo do terceiro trimestre de 2014, com capacidade reduzida, até cessar. A mina de Isaac Plains também foi colocada em care and maintenance no terceiro trimestre de 2014. A produção a céu aberto continuou ao longo do quarto trimestre de 2014, até cessar.

No relatório de produção da empresa, é possível observar que o carvão não foi o único produto a apresentar recuo, no mesmo período. A produção de níquel atingiu 71,6 milhões de toneladas, 0,7% abaixo do terceiro trimestre de 2014, mas ainda 6,7% superior a do segundo trimestre de 2015, como resultado da maior produção em Sudbury, Indonésia e Nova Caledônia, depois das paradas de manutenção no segundo trimestre de 2015.

Já a produção de cobre, incluindo a produção atribuível à mina de Lubambe (joint venture da companhia com a African Rainbow Minerals) atingiu 99,3 milhões de toneladas, 5,3% abaixo do terceiro trimestre de 2014; e também 5,3% inferior ao observado no segundo trimestre de 2015, devido a parada planejada de manutenção em Sudbury, no Canadá. Potássio, rocha fosfática e manganês

A produção de potássio da Vale no terceiro trimestre caiu 10,9%, passando para 125 mil toneladas, contra 140 mil toneladas no terceiro trimestre do ano passado.

Em relação ao segundo trimestre deste ano, no entanto, houve alta de 11,7%. No acumulado do ano até setembro, a produção de potássio totalizou 125 mil toneladas, queda de 0,4% em relação a igual período no ano passado.

Em seu informe, a Vale detalhou ainda que a produção de rocha fosfática totalizou 1,935 milhão de toneladas, no terceiro trimestre deste ano, 10,4% abaixo do observado em igual período no ano passado, e 8,5% inferior ao registrado no segundo trimestre.

Com isso, a produção de rocha fosfática totalizou 6,041 milhões de toneladas no acumulado do ano até setembro, 2,8% abaixo de igual período em 2014.

Já a produção de manganês atingiu 644 mil toneladas, no terceiro trimestre deste ano. O volume é 1,4% inferior ao observado em igual período no ano passado, mas 16,4% acima do registrado no segundo trimestre deste ano. Com o desempenho, a produção de manganês alcançou 1,629 milhão de toneladas, alta de 9,9%.

Ouro

A produção de ouro da Vale atingiu 100 mil onças no terceiro trimestre, 19% acima do observado em igual período no ano passado e relativamente estável (0,1% acima) ao registrado no segundo trimestre deste ano.

Segundo a empresa, foi o melhor desempenho da história do produto para um terceiro trimestre.

O recorde foi motivado pela produção histórica de Salobo, no Pará. A produção de ouro é subproduto da extração de cobre da mina. De acordo com a empresa, somente em Salobo foram produzidas 66 mil onças de ouro no terceiro trimestre, 58,2% acima do observado em igual período no ano passado e 18,5% superior ao registrado no segundo trimestre deste ano.

Com o desempenho do terceiro trimestre, a Vale atingiu 303 mil onças de ouro no acumulado do ano até setembro, 32,9% acima do observado em igual período no ano passado.

Mercedes-Benz Vito será lançada no Brasil

21/10/2015 – Fonte: Notícias Automotivas

A renomada fabricante de veículos automotores Mercedes-Benz tem atuação marcante aqui no Brasil em dois setores muito bem definidos, o de veículos comerciais os quais vão desde a Van Sprinter ao grandalhão caminhão Actros, e o da linha de passeio em que a fabricante atua no segmento premium.

Agora estes dois segmentos vão se aproximar ainda mais, pois a Mercedes-Benz irá lançar aqui no país a van Vito. Este modelo será comercializado nas concessionárias da empresa de todo o país e terá o preço a partir de R\$ 104.990, a principal novidade e que irá agradar muitos consumidores é o fato de que este veículo possui peso inferior a 3.500 Kg, fato este que permite que condutores habilitados na categoria B possam dirigi-lo.

Esta novidade chegará ao mercado brasileiro até o final deste ano, sendo que possuirá três configurações distintas sendo as seguintes: Vito 111 CDI, Vito Tourer 119 Comfort 8+1 e Vito Tourer 119 Luxo 7+1.

Todas as versões deste veículo serão equipadas com câmbio manual de seis velocidades. As dimensões deste veículo são o que surpreende, uma vez que ele, apesar de ser uma van, possui um porte compacto e possui 5,14 m de comprimento, entre-eixos de 3,20 m e altura de 1,91 m.

No continente europeu este mesmo veículo que será lançado por aqui já está no mercado e foi batizado com o nome de Classe V. Por lá, o Euro NCap, instituto que realiza a avaliação independente da segurança dos veículos automotores classificou este modelo como 5 estrelas, pelo fato de oferecer boa proteção não só para o condutor, com também para os passageiros.

A única notícia triste é que na comparação entre este modelo que será comercializado aqui e o modelo que já é comercializado na Europa, o modelo europeu tem como opcional a transmissão automática e um acabamento interior muito mais refinado, contando inclusive com detalhes que imitam madeira, além disso, o veículo já vem com central de multimídia, o que não ocorrerá por aqui e a qualidade dos materiais são superiores.

Agora só nos resta aguardar a versão brasileira chegar, mas ao que tudo indica este veículo deverá ser um sucesso por aqui.

Valtra leva à agroleite 2015 nova família de tratores de média potência

21/10/2015 – Fonte: Segs

Entre os dias 20 e 24 de outubro, marca expõe portfólio completo de soluções agrícolas e apresenta, pela primeira vez, aos produtores paranaenses as novas versões dos tratores BM110 e BM125i. Maior produtor de leite do Brasil, o município de Castro, no interior do Paraná, recebe nesta próxima semana (de 20 a 24 de outubro), profissionais dos diversos segmentos da cadeia leiteira interessados nas tecnologias que serão lançadas na Agroleite 2015.

Por conta disso, a Valtra, referência no desenvolvimento de soluções agrícolas, apresentará durante o evento a nova família de tratores BM – equipamentos de média potência que atendem perfeitamente bem às necessidades dos produtores de leite.

Os tratores da linha média da Valtra, sempre foram reconhecidos como uma das melhores opções do segmento de média potência (entre 106 e 132 cv), e, agora os novos modelos

da família BM têm capô que melhora a qualidade de iluminação e um novo tipo de escapamento, que minimiza o acúmulo de resíduos.

“Com a reformulação da família, especificamente das versões BM110 e BM125i, os maquinários passam a ter mais desempenho e robustez. Isto porque o novo sistema hidráulico, que foi redimensionado para vazão de 57,5 litros/minuto, traz melhoria de 11% em relação ao anterior, o que significa que o maquinário está mais ágil, mesmo quando utiliza implementos de três pontos”, esclarece Winston Quintas, supervisor de marketing de produto tratores da Valtra.

O capô com novo design, além de mais bonito, é mais funcional, pois facilita a manutenção e a refrigeração do sistema hidráulico e da caixa de câmbio. O radiador de alumínio garante maior eficiência na troca de calor, melhorando a performance em regiões de alta temperatura ambiente, já o escapamento lateral do maquinário amplia o campo de visão do operador.

Os novos tratores BM possuem motor AGCO Power, que permite melhor performance e economia de combustível. Com esses lançamentos, a Valtra reforça a liderança do BM125i no segmento de média potência.

Durante a feira, a Valtra disponibilizará aos visitantes um serviço completo de atendimento, com o auxílio da concessionária DHL. Assim, quem passar pelo estande da marca poderá esclarecer dúvidas sobre produtos, financiamento, consórcios, peças e serviços, além de conhecer as melhores soluções para cada tipo de fazenda.

Sobre a Valtra

A linha de produtos Valtra inclui tratores de 50 a 375 cavalos, colheitadeiras, implementos e pulverizadores. No Brasil desde 1960, a empresa possui forte presença no segmento canavieiro, sendo a primeira empresa do setor a se instalar no país.

A Valtra conta hoje com uma rede de mais de 160 pontos de venda e assistência técnica no país, além de 13 distribuidores nos demais países da América Latina. A Valtra é uma das marcas pertencentes ao Grupo AGCO. Para saber mais sobre a Valtra, produtos e serviços visite nosso site www.valtra.com.br.

Sobre a AGCO

AGCO (NYSE: AGCO) é uma líder global em concepção, fabricação e distribuição de equipamentos agrícolas. Para apoiar a maior produtividade no campo a AGCO oferece uma linha completa de produtos que inclui tratores, colheitadeiras, equipamentos de fenação e forragem, pulverizadores, equipamentos para preparo de solo, implementos, sistemas de armazenagem de grãos e produção de proteína e peças de reposição.

Os produtos AGCO são vendidos por meio das cinco marcas Challenger®, Fendt®, GSI®, Massey Ferguson® e Valtra® e distribuídos globalmente por uma rede de 3.100 concessionárias e distribuidores independentes em mais 140 países. Fundada em 1990, AGCO tem sua sede em Duluth, GA, USA. Em 2014, a AGCO teve vendas líquidas de US\$9,7 bilhões.

Instituto paranaense auxilia empresas a investir em projetos sociais

21/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

De um lado, muitas empresas querem investir em projetos sociais, mas não têm experiência nem sabem se podem confiar nas instituições da área. De outro, a grande maioria das organizações sociais vive na corda bamba, dependendo de um único mantenedor ou de convênios com o governo.

O objetivo do Instituto Ajuda Paraná, fundado no início deste ano, é aproximar essas duas pontas, auxiliando as empresas a doar para iniciativas confiáveis e atraindo recursos para as organizações que trabalham bem.

17,5 mil organizações

da sociedade civil estão registradas no Paraná. Cerca de 20% ficam em Curitiba.

“Além de não existir uma cultura de doação no Brasil, muitos empresários não confiam em organizações sociais. Existe a impressão de que elas são pouco transparentes e não conseguem entregar resultados. O nosso trabalho é fazer uma ponte, auxiliar nesse diálogo”, diz a advogada Patricia Mussi, diretora do Ajuda Paraná.

No momento, o Ajuda Paraná está cadastrando organizações da sociedade civil que, no futuro, poderão ser apresentadas a potenciais doadores. Cerca de 50 instituições de Curitiba e região metropolitana estão em fase de cadastramento.

O primeiro passo do cadastro é o preenchimento de um formulário no site do instituto com 70 questões sobre a história e o funcionamento da organização social que busca doações. Na sequência, o Ajuda Paraná levanta a documentação da instituição e verifica se ela tem pendências em bancos de dados de crédito, como o Serasa, ou no Tribunal de Contas. O passo seguinte é uma visita para conhecer *in loco* o trabalho desenvolvido.

Gestão do investimento

Para as empresas, o Ajuda Paraná oferece toda a gestão do investimento social, desde a criação do plano, com a definição da causa que será beneficiada e da organização que vai receber a doação, até a medição dos resultados.

Quem vai garantir que os recursos sejam aplicados corretamente é o próprio instituto, que periodicamente vai preparar relatórios de prestação de contas financeiros e técnicos.

“A mera prestação de contas financeira, como a que é exigida pelo setor público em seus convênios, não garante que o dinheiro doado está sendo aplicado em projetos eficientes, que efetivamente deem retorno do ponto de vista social”, explica Patricia. “Traduzir em números o impacto social é um desafio, e a própria organização aprende muito nesse processo de se adequar à linguagem empresarial.”

1,43%

do lucro bruto das empresas brasileiras foi destinado a doações em 2013, segundo o último relatório do Benchmarking de Investimento Social Corporativo (BISC). Foi o maior percentual desde 2007, pelo menos.

Patricia atua há dez anos com investimento social privado. Ela estudou modelos de captação de recursos e relacionamento com doadores nos Estados Unidos e na Espanha. De 2009 a 2013, foi superintendente do Instituto Credit Suisse Hedging-Griffo, braço de investimentos sociais do banco suíço no Brasil.

A fonte de receitas do Ajuda Paraná é uma taxa de intermediação, paga pelo doador, equivalente a 15% do valor doado. “A despesa é menor do que o gasto que a empresa teria se fizesse todo o trabalho por conta própria”, diz Patricia.

O Ajuda Paraná foi qualificado pelo Ministério da Justiça como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). Com isso, empresas tributadas pelo regime de lucro real que contratarem o instituto poderão abater, como despesa, doações equivalentes a até 2% de seu lucro operacional.

Prazo para adesão ao Programa de Parcelamento do governo do PR é prorrogado

21/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



O prazo de adesão ao Programa Especial de Parcelamento, do governo do Paraná, foi prorrogado até 30 de outubro. Voltado para contribuintes que estão com dívidas junto ao fisco estadual, como ICMS e IPVA, o programa oferece descontos em multas e juros e permite o parcelamento do débito em até 120 vezes.

Os benefícios do programa são válidos para débitos feitos até 31 de dezembro de 2014. No caso de parcelamento em até dez anos, há redução de 50% do valor da multa e de 40% dos juros. Se o pagamento for feito à vista, o contribuinte recebe desconto de 75% sobre o valor da multa e de 60% sobre os juros.

Saiba como refinar sua dívida com a prefeitura de Curitiba

O Programa de Recuperação Fiscal de Curitiba (Refic 2015) permite regularizar dívidas do IPTU e ISS. O prazo de adesão vai até 30 de dezembro, sem prorrogação.

O período de adesão havia sido encerrado em 30 de setembro, mas devido a demanda de contribuintes, foi prorrogado. A meta da secretaria da Fazenda, ao lançar o programa em julho, era de chegar a R\$ 700 bilhões em débitos negociados. Até setembro, as adesões já somavam R\$ 1,62 bilhão renegociados, sendo que R\$ 161,77 milhões foram pagos à vista e os R\$ 1,49 bilhão restantes foram parcelados.

Por enquanto, a procura maior foi para negociar débitos do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS): já são R\$ 1,47 bilhão a serem recebidos.

Desse montante, R\$ 40,55 milhões foram pagos à vista. Entre os devedores do Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) já foram negociados R\$ 126,55 milhões, sendo R\$ 92,5 milhões à vista. A menor adesão foi entre os contribuintes com dívidas do Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA): foram negociados \$ 51,37 milhões, com R\$ 27,15 milhões em pagamento à vista. Para simular as opções de pagamento e acessar o aplicativo de parcelamento basta procurar o site da Secretaria da Fazenda.

Comissão de Meio Ambiente aprova isenção de IPI para veículos elétricos e híbridos

21/10/2015 – Fonte: Notícias do Senado

Projeto que isenta por até 10 anos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) veículos elétricos a bateria ou elétricos híbridos a etanol, de fabricação nacional, foi aprovado nesta terça-feira (20) na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). De autoria do senador licenciado Eduardo Braga (PMDB-AM), o projeto ([PLS 174/2014](#)) também suspende, pelo

mesmo período, a cobrança do IPI incidente sobre equipamentos para recarga das baterias utilizadas nos veículos elétricos.

O texto prevê ainda isenção do Imposto de Importação para partes e acessórios importados, sem similar nacional, para a fabricação dos veículos e recarga das baterias. Nesse caso, o benefício poderá acabar antes dos dez anos, caso haja a produção de similares nacionais.

Efeito estufa

Em apoio à proposta, a relatora na CMA, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), ressaltou que o carro elétrico gera menos emissões de gases de efeito estufa que os veículos convencionais.

Veículos elétricos podem ter acionamento por meio de baterias, carregadas na rede elétrica, ou por meio de um gerador a bordo, acionado por motor de combustão interna, utilizado pelos veículos elétricos híbridos. A prioridade, nesses últimos, será para os que utilizam etanol no motor de combustão interna, por ser um combustível renovável e de larga produção no Brasil.

O projeto visa ainda ampliar a oferta de unidades para recarga das baterias. Como frisou o autor, "se não houver uma rede de recarga bem distribuída pelo país, os consumidores rejeitarão a nova tecnologia".

Os benefícios propostos no projeto são para automóveis de passageiros, de transporte de mercadorias e os chamados de usos especiais, como caminhões-guindastes, veículos de combate a incêndio, betoneiras.

Biodiesel

Vanessa Grazziotin apresentou emenda para estender os benefícios a veículos que utilizem mistura igual ou superior a 30% de biodiesel no diesel fóssil. Como observa a senadora, o biodiesel, quando comparado ao diesel convencional, reduz em cerca de 70% as emissões de gases de efeito estufa e de material particulado, que podem causar doenças pulmonares, inclusive câncer.

Ela explica que hoje há restrição a misturas acima de 20% de biodiesel, por falta de materiais adequados nos motores, "sobretudo em anéis de vedação e nos elastômeros empregados nos sistemas de circulação de combustível". Para a relatora, os incentivos fiscais ajudam a ampliar o interesse pela adequação dos motores.

Desenvolvimento da microempresas recebe mais recursos nas emendas da CAE

21/10/2015 – Fonte: Notícias do Senado



A promoção do desenvolvimento de micro e pequenas empresas foi contemplada com a maior parte dos recursos, R\$ 250 milhões, entre as emendas da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao Projeto da Lei Orçamentária para 2016 ([PLOA 2016](#)).

A emenda aprovada nesta terça-feira (20) é de autoria do senador Raimundo Lira (PMDB-PB) e beneficia a Secretaria de Micro e Pequena Empresa.

Houve indicações para essa área também dos senadores Wilder Morais (PP-GO), Lúcia Vânia (PSB-GO), Hélio José (PSD-DF), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

O programa governamental contemplado com a segunda maior verba é o de promoção do desenvolvimento industrial, com R\$ 150 milhões.

A emenda acolhida pelo relator, Douglas Cintra (PTB-PE), é do senador Waldemir Moka (PMDB-MS) e beneficia o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Também fizeram sugestões para a mesma área os senadores Humberto Costa (PT-PE), Lídice da Mata (PSB-BA), Wilder Morais, Hélio José, Benedito de Lira (PP-AL), Cristovam Buarque (PDT-DF), Raimundo Lira, Romero Jucá (PMDB-RR), Antônio Carlos Valadares e Elmano Férrer (PTB-PI).

Outra iniciativa do ministério contemplada pela CAE é a manutenção, desenvolvimento e modernização de sistemas informatizados de comércio exterior, com o valor de R\$ 100 milhões. A emenda aceita é do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Houve emendas com o mesmo propósito dos senadores Cristovam Buarque e Romero Jucá.

No âmbito do Ministério da Fazenda, foi acolhida emenda do senador Lindbergh Farias (PT-RJ), no valor de R\$ 40 milhões, para apoio financeiro à Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Também fizeram indicações com o mesmo objetivo os senadores Ivo Cassol (PP-RO), Eduardo Amorim (PSC-SE), Wilder Morais, Valdir Raupp (PMDB-RO), Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) e Tasso Jereissati.

Governo vai mudar meta de primário e reconhecer déficit que pode chegar a R\$50 bi em 2015

21/10/2015 – Fonte: Época Negócios



Diante da forte frustração com as receitas, o governo vai mudar a meta de superávit primário deste ano para reconhecer um déficit, que pode chegar a R\$ 50 bilhões, e avalia incluir ainda a possibilidade de elevar esse número caso haja novas frustrações de receitas, afirmaram à Reuters três fontes com conhecimento sobre o assunto.

Segundo uma das fontes, que integra o governo, a equipe econômica está fazendo diversos cálculos sobre o resultado primário --economia feita para pagamento de juros da dívida pública-- deste ano, que já variaram de um rombo de 20 bilhões a 50 bilhões de reais, mas que no final deve prevalecer a cifra maior.

Além de reconhecer novo déficit primário neste ano, o governo também deve colocar mais um mecanismo que o permitiria elevar esse teto, já que novas frustrações de receitas podem ocorrer. "O número (do déficit primário deste ano) tem mudado muito por isso", explicou outra fonte, que também faz parte do governo.

Em julho, o Executivo reduziu a meta de superávit primário do setor público consolidado para este ano a 8,7 bilhões de reais, ou o equivalente a 0,15 por cento do PIB, mas incluiu a possibilidade de abatimento de até 26,4 bilhões de reais no caso de frustrações de receitas.

Isto, na prática, já abria o caminho para um déficit de até 17,7 bilhões de reais, mas ainda não recebeu o aval do Congresso Nacional.

O governo ainda conta com algumas receitas extraordinárias neste ano, segundo a primeira fonte, como as concessões de hidrelétricas marcadas para o próximo dia 6, que poderiam gerar receitas de 11 bilhões de reais neste ano. E não quer mais anunciar cortes no Orçamento, acrescentou a fonte, que pediu anonimato.

No início deste mês, o governo viu frustradas suas expectativas de arrecadar até 1 bilhão de reais com a venda de blocos exploratórios de petróleo, diante do momento de crise na Petrobras e de queda nos preços globais do petróleo.

A equipe econômica está esperando a presidente Dilma Rousseff voltar de sua viagem ao exterior, nesta madrugada, para bater o martelo.

O número final precisa ser enviado à Comissão Mista do Orçamento ainda esta semana. Uma das fontes informou ainda que o governo também pretende pagar as chamadas "pedaladas fiscais" detectadas neste ano pelo Tribunal de Contas da União (TCU), mas negociando uma forma para isso, via parcelamentos.

Índice de inflação do aluguel sobe 1,86% na 2ª prévia de outubro, diz FGV

21/10/2015 – Fonte: Época Negócios



O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) subiu 1,86% na segunda prévia de outubro, ante avanço de 0,65% na segunda prévia do mesmo índice de setembro, informou na manhã desta terça-feira (20), a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com o resultado, o índice acumula aumentos de 8,32% no ano e de 10,06% em 12 meses.

Na primeira prévia deste mês, o IGP-M havia subido 1,64%. A FGV informou ainda os resultados dos três indicadores que compõem a segunda prévia do IGP-M de outubro. O IPA-M, que representa os preços no atacado, subiu 2,63% neste mês, em comparação com a alta de 0,89% na segunda prévia de setembro.

O IPC-M, que corresponde à inflação no varejo, apresentou alta de 0,57% na leitura anunciada hoje, após subir 0,23% no mês passado.

Já o INCC-M, que mensura o custo da construção, teve elevação de 0,14%, após registrar aumento de 0,11% na mesma base de comparação.

O IGP-M é muito usado para reajuste no preço do aluguel. O período de coleta de preços para cálculo do índice prévio mensal foi de 21 de setembro ao dia 10 deste mês. O resultado final do IGP-M será anunciado no próximo dia 29.

IPAs

A inflação no setor de agronegócios acelerou no atacado. Os preços do IPA agropecuário subiram 3,55% na segunda prévia do IGP-M de outubro, após aumento de 1,44% na segunda prévia de setembro, informou a FGV.

A inflação industrial atacadista (IPA industrial) também ganhou força ao registrar alta de 2,27% na leitura divulgada hoje, contra avanço de 0,69% no mês passado.

Dentro do Índice de Preços por Atacado segundo Estágios de Processamento (IPA-EP), que permite visualizar a transmissão de preços ao longo da cadeia produtiva, os preços dos bens finais subiram 1,65% na segunda prévia de outubro, em comparação com o avanço de 0,28% em igual prévia de setembro.

Os preços dos bens intermediários, por sua vez, tiveram alta de 2,18% na leitura divulgada nesta terça, após subirem 1,04% no mês passado. Já os preços das matérias-primas brutas avançaram 4,37%, ante aumento de 1,47% na mesma base de comparação.

Percepção da população sobre emprego e renda piora em outubro, divulga CNC

21/10/2015 – Fonte: Agência Brasil

A percepção da população brasileira sobre o emprego atual, as perspectivas profissionais e a renda atual piorou em outubro deste ano, informou a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Os dados fazem parte do índice que mede a Intenção de Consumo das Famílias (ICF), que caiu pelo nono mês seguido neste mês.

Segundo a pesquisa, o emprego atual é o único dos sete componentes do indicador que se mantém acima dos 100 pontos: alcançou 106 pontos, mas apresentou queda de 0,8% em relação a setembro e já acumula uma retração de 20,3% na comparação com outubro do ano passado. Na Região Sudeste, a taxa já está abaixo dos 100 pontos, com 94 pontos, o que revela percepção negativa. Em situação oposta, encontra-se o Centro-Oeste, que tem o melhor resultado entre as regiões, com 126,7 pontos.

Ao divulgar a pesquisa, a CNC afirmou considerar que "a queda progressiva nas vagas está aumentando a insegurança das famílias em relação ao emprego". Para 25,1% dos entrevistados, o emprego está menos seguro em outubro, enquanto 31,1% respondem considerar mais seguro. Para 28,9%, o nível de segurança está igual ao do ano passado.

Quanto ao futuro, 47,2% disseram considerar a perspectiva profissional negativa, e 45,1%, positiva. Para este componente, a pontuação foi 97,9, com queda de 0,7% em relação a setembro e de 18,1% ante outubro de 2014.

A pontuação do Sul chegou a 80,7 – a pior do país. A do Sudeste alcançou 87,2. Norte e Nordeste estão acima dos 100 pontos no componente perspectiva profissional, com 145,3 e 113,5 pontos, respectivamente.

Apesar de ter a pontuação mais baixa, a Região Sul teve alta em relação a setembro, com crescimento de 3,2% na percepção da perspectiva profissional. Ante outubro do ano passado, o indicador apresenta queda de 20,9%.

Os dados sobre a renda atual mostram uma percepção de que ela está pior para 32,9% dos entrevistados e melhor para 30,9%. Outros 35,8% consideram que está "igual à do ano passado".

O Sudeste é a única região brasileira abaixo dos 100 pontos na percepção da renda, com 83,4: o indicador nacional é 97,9 pontos, com queda de 1% em relação a setembro. A melhor percepção de renda está no Sul, com 128 pontos, e alta de 1,4% na comparação com setembro.

Crédito de bancos de montadoras para financiamento cai 7,06% em agosto, diz Anef

21/10/2015 – Fonte: R7

Os recursos liberados por bancos de montadoras para financiamento de veículos totalizaram R\$ 7,513 bilhões em agosto deste ano, queda de 7,06% em relação ao mês de julho e de 16,22% ante o mesmo mês de 2014, mostra balanço divulgado nesta terça-feira, 20, pela Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras (Anef). Os dados consideram as operações de leasing e crédito ao consumidor.

Com o resultado, os bancos de montadoras liberaram R\$ 62,440 bilhões para financiamentos de veículos em 2015 até agosto, volume 10,8% menor do que o total concedido em igual período do ano passado.

O estoque de crédito para compra de veículos por esses bancos, por sua vez, diminuiu para R\$ 192,6 bilhões em agosto, montante 1,3% menor do que o saldo registrado até julho e 9,6% menor em relação ao de agosto do ano passado. Com isso, o saldo para crédito de aquisição de veículos por consumidores e empresas como proporção do PIB recuou para 3,4%, ante 3,6% do PIB no mesmo período de 2014.

A inadimplência, por sua vez, avançou para 5,5% em agosto, 0,1 ponto percentual a mais do que a registrada em julho e 0,2 ponto percentual menor do que a registrada em agosto de 2014. A inadimplência média para pessoa jurídica ficou estável em 3,9% em agosto ante julho. Ante o mesmo mês ano passado, o dado caiu 0,7 ponto percentual.

"O mercado segue desaquecido e a única boa notícia realmente é a manutenção da baixa inadimplência", afirmou o presidente da Anef, Décio Carbonari, em nota à imprensa.

Juros

O balanço da Anef mostra ainda que as taxas de juros se mantiveram estáveis em agosto, em 1,57% ao mês e 20,55% ao ano, mesmos percentuais de julho e junho.

Em nota, a associação ressalta que as taxas ainda continuam mais atrativas aos consumidores do que as taxas oferecidas por bancos de varejo.

De acordo com a entidade, o juro médio do Crédito Direto ao Consumidor (CDC) oferecido por bancos tradicionais em agosto era de 1,86% ao mês e 24,8% ao ano para pessoas físicas e 1,62% ao mês e 21,2% ao ano para empresas.

O prazo máximo disponibilizado pelos bancos das montadoras para financiamento de veículos foi mantido em 60 meses.

Já o prazo médio das concessões - ou seja, o período desde a contratação até vencimento da última prestação - foi de 41,7 meses. No mesmo período de 2014, era de 41,6 meses.

Votorantim paralisa setor de aciaria de usina no Rio de Janeiro

21/10/2015 – Fonte: R7

A Votorantim Siderurgia paralisou as operações da área de aciaria de usina instalada em Barra Mansa, no Rio de Janeiro, diante da fraqueza na demanda por aços longos no país. Com a parada, a empresa suspendeu os contratos de trabalho de 140 funcionários da unidade, informou sindicato nesta terça-feira.

A área de aciaria é responsável pela produção de aço a partir do ferro-gusa. A unidade de Barra Mansa tem capacidade para produzir 800 mil toneladas de aços longos por ano.

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense, a companhia tinha como objetivo inicial demitir os 140 funcionários, mas decidiu converter as demissões em "layoff" após negociações com a entidade.

O diretor do sindicato responsável pela região de Barra Mansa, Almir Paulino, informou que o setor de laminação da usina da Votorantim na cidade segue operando, mas abaixo da capacidade, e que a empresa informou que a suspensão dos contratos de trabalho ocorrerá enquanto persistir a fraqueza do mercado.

A produção de aços longos do país em setembro caiu 27,5 por cento sobre um ano antes, para 663 mil toneladas, acumulado queda de janeiro ao mês passado de 12,7 por cento, a 7,19 milhões de toneladas, segundo dados do Instituto Aço Brasil (IABr), divulgados na véspera.

Procurada, a Votorantim Siderurgia não comentou o assunto de imediato. A siderúrgica de Barra Mansa foi fundada em 1937 e usa aço reciclado como matéria-prima.

Relacionadas operações passíveis de comunicação ao Coaf na comercialização de veículos

21/10/2015 – Fonte: R7

COAF regulamenta mais informações a serem prestadas sob suspeita de lavagem de dinheiro e outros crimes correlatos.

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), através da Instrução Normativa 4/2015, publicada no Diário Oficial da União de hoje, 20-10, estabelece instruções complementares a serem observadas pelas pessoas jurídicas que comercializem veículos automotores, em face das disposições de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, a que se refere a Resolução 25/2013.

Segundo a IN, as operações a seguir, se consideradas suspeitas, deverão ser analisadas com especial atenção e comunicadas àquele Conselho:

- aquisição ou proposta de aquisição de veículo automotor na "modalidade frotista" por pessoa física;
- aquisição ou proposta de aquisição de veículo automotor na "modalidade frotista" por pessoa jurídica constituída recentemente ou sem manifesta experiência nesse mercado ou cuja atividade econômica não tenha relação com a utilização de frota de veículos automotores;
- aquisição ou proposta de aquisição de veículo automotor na "modalidade frotista" cujo valor seja incompatível com o patrimônio ou com a capacidade financeira presumida do comprador ou proponente; ou
- aquisição ou proposta de aquisição de veículo automotor com pagamento efetuado por terceiro, sem justificativa, mesmo quando autorizado pelo cliente.

A mencionada Instrução Normativa entra em vigor após decorridos 60 dias da data de sua publicação oficial.

Gerdau vai contratar até US\$1 bilhão em linha de crédito global

21/10/2015 – Fonte: R7

O Conselho de Administração da Gerdau aprovou prestar garantias junto a sociedades controladas para a contratação de linha de crédito de até 1 bilhão de dólares, segundo ata da reunião publicada nesta quarta-feira.

A linha de crédito tem o banco Santander como estruturador e até 12 bancos credores de primeira linha. O empréstimo terá vencimento de três anos podendo ser estendido por mais dois, de acordo com a ata da reunião.

A companhia não informou detalhes ou o propósito da contratação da linha de crédito chamada de "Senior Unsecured Global Working Capital Credit Agreement". O vencimento é de três anos podendo ser ampliado em até dois anos.

A Gerdau encerrou o segundo trimestre com relação de dívida líquida sobre lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de 3,1 vezes ante 2,4 vezes no mesmo período do ano passado.

No início de outubro, a agência de classificação de risco Moody's colocou a nota de crédito da Gerdau em perspectiva negativa, ante estável, mas manteve o rating Baa3 da siderúrgica.

As ações da companhia exibiam alta de 2,14 por cento às 10h32, enquanto o Ibovespa tinha valorização de 0,04 por cento.

Indústria de autopeças aposta em exportações para voltar a crescer em 2016

21/10/2015 – Fonte: R7

Com a fraqueza do mercado interno e a depreciação do câmbio, a indústria brasileira de autopeças aposta nas exportações para voltar a crescer em 2016. A afirmação é do presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças), Paulo Burtori, que participa nesta quarta-feira, 21, do congresso AutoData, com lideranças do setor automotivo.

"A desvalorização do real gera uma competitividade adicional a uma indústria que está sem competitividade", disse o executivo, que espera que o dólar termine o ano a R\$ 4,10 e chegue a R\$ 4,59 no fim do ano que vem. "O mercado externo não está uma maravilha, mas está bem melhor do que o interno", afirmou.

A melhora das exportações já tem sido observada neste ano, disse Burtori. Segundo ele, o déficit comercial deve ser reduzido a US\$ 5 bilhões em 2015, contra US\$ 10 bilhões em 2014. Para o setor, os principais destinos são a América do Sul, a Europa e os Estados Unidos.

Mencionando também o mercado de reposição (conserto e atualização de peças em oficinas mecânicas) como uma aposta positiva para 2016, Burtori disse que o setor deverá ter um crescimento de 2,0% no faturamento do ano que vem.

"Mas isto porque a base de 2015 será muito baixa", explicou. "E estamos dependendo também de quanto tempo vai durar a crise política", lembrou. De janeiro a agosto de 2015, o setor acumula queda de 12%.

"Estamos com uma crise política muito acentuada, que realimenta a crise econômica. Isso gera uma deterioração relevante para o País", continuou o executivo. Segundo ele, 17 empresas do setor já fecharam as portas neste ano, em levantamento feito até junho. Em 2014, foram 13 falências. "Então podemos ter o dobro em 2015", disse.

Burtori afirmou ainda que a indústria de autopeças deve realizar novas demissões até o fim do ano, mesmo com a adesão de algumas empresas ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE), do governo federal. "É que a produção caiu muito", explicou. O Sindipeças prevê retração de 3,2% para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro neste ano.

Multinacionais geram oportunidade no exterior, mas sem regalias

21/10/2015 – Fonte: R7

O momento da expatriação era motivo de celebração para qualquer executivo de multinacional pelas regalias que uma oportunidade no exterior sempre embutiu: auxílio com a mudança, ajuda para moradia, colégio para os filhos, carro à disposição... A crise econômica agora alimenta o afã dos profissionais alocados no Brasil em tentar a vida lá fora - por isso, os executivos têm mostrado mais disposição para aceitar condições menos favoráveis para concretizar essa mudança.

Hoje, em vez de mandar o profissional como funcionário expatriado, algumas empresas estão oferecendo novas oportunidades lá fora, isentando-se de quase todos os custos da mudança. "A pessoa é desligada aqui e recontratada lá", explica Daniel Cunha, diretor da consultoria Exec. "É uma espécie de 'informalização' desse processo de expatriação."

Isso ocorre porque os profissionais estão muito dispostos a tentar a vida no exterior neste momento de crise no Brasil. "O mercado está demandante", diz Henrique Bessa, diretor executivo da empresa de head hunting Michael Page.

"A procura por oportunidades de expatriação aumentou cerca de 80% em relação ao ano passado. Hoje, as pessoas sabem que a situação do País vai se manter complicada por mais dois ou três anos. É um cenário caótico e que faz o executivo olhar para fora."

É um cenário completamente diferente do visto há relativamente pouco tempo. Em 2011 e 2012, eram os estrangeiros que faziam fila para vir morar no Brasil. "Até dois anos atrás, havia uma briga grande por salário. Para o cargo de CFO (diretor financeiro), o profissional que era destacado para o Brasil ganhava mais do que o chefe global. Havia essa distorção, e muitas vezes era difícil explicar isso para a matriz."

Agora, os salários nacionais não só caíram em relação aos pagos anteriormente, mas também ficaram comparativamente mais baixos do que os de outros mercados, por causa da desvalorização do real.

O dólar próximo a R\$ 4 é, aliás, mais um fator que aquece a busca por oportunidades lá fora. "Ganhar em dólar agora é visto como um benefício importante. Se o dólar continuar na trajetória de alta, o executivo pode fazer um bom 'pé de meia' em reais ao ir para o exterior."

Diante do cenário desfavorável no médio prazo e das vantagens econômicas da expatriação, ainda que sem as regalias de antigamente, Bessa prevê uma "debandada" de executivos do País nos próximos três anos.

Vantagem

Oferecer uma vaga no exterior pode ser, do lado da empresa, uma forma de reter um talento. Para o executivo, pode ser uma forma de fugir do mercado brasileiro, que seguirá "morno" em oportunidades de crescimento profissional.

"Os brasileiros são considerados talentos globais, pois o País é a sede da matriz latino-americana de 75% das multinacionais com negócios na região", diz Cunha, da Exec. "Hoje, fica claro nas entrevistas que os executivos estão mais dispostos a se movimentar."

CFO da GM diz não ver fim em breve para desafios no Brasil

21/10/2015 – Fonte: R7

O vice-presidente financeiro da General Motors, Chuck Stevens, disse nesta quarta-feira que os desafios macroeconômicos no Brasil permanecerão no curto prazo, mas que a companhia terá "grande vantagem quando a situação mudar" na maior economia da América do Sul.

As vendas de automóveis da GM até o momento em outubro estão em alta contra um ano antes, disse Stevens a jornalistas após a maior montadora dos Estados Unidos ter divulgado seus resultados financeiros do terceiro trimestre.

Stevens também reafirmou as projeções da GM de que a empresa terá lucro na Europa em 2016. Seria o primeiro lucro da empresa na Europa desde 1999.

Correção: Valor real das construções no País cresceu 3,7% em 2013, revela IBGE

21/10/2015 – Fonte: R7

O valor das incorporações, obras e serviços realizados pela indústria da construção em 2013 totalizou R\$ 357,7 bilhões, um crescimento real de 3,7% em relação a 2012. Os dados foram anunciados nesta quarta-feira, 21, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgou a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) referente a 2013. No mesmo período, a receita operacional líquida do setor avançou 5,3% em termos reais, para R\$ 337,6 bilhões.

O resultado, segundo o órgão, foi influenciado positivamente pela maior oferta de crédito imobiliário, por programas de investimento como Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Minha Casa, Minha Vida (MCMV), além das obras para a Copa do Mundo 2014.

"Em conjunto, esses fatores contribuíram para que fossem realizados investimentos em obras de infraestrutura e na construção de edificações residenciais", destacou o IBGE.

Há dois anos, o IBGE mapeou cerca de 111,9 mil empresas ativas na indústria da construção, 5,5% a mais do que em 2012. Essas companhias empregavam 2,961 milhões de pessoas, uma expansão de 4,8% no período.

O gasto total com o pessoal ocupado correspondeu a 33,9% do total dos custos e despesas das empresas de construção, resultado superior à participação em 2012 (32,6%), e atingiu o valor de R\$ 102,3 bilhões. O salário médio mensal ficou em R\$ 1.750,88 em 2013, um ganho real de 0,6% frente ao ano anterior.

O setor de construção de edifícios foi o que mais contribuiu para o avanço do setor em 2013, com participação de 42,8% no valor nominal das incorporações, obras e serviços.

Em seguida vêm as obras de infraestrutura, com uma fatia de 39,4%. Ambos, porém, perderam espaço para os serviços especializados, que há dois anos responderam por 17,8% do valor das incorporações.

Infraestrutura

Considerando apenas as empresas com 30 funcionários ou mais, o valor corrente total das incorporações chegou a R\$ 292,5 bilhões em 2013, alta real de 1,7% sobre 2012. Neste recorte, a maior fatia ficou com as obras de infraestrutura, que sofrem influência dos R\$ 62,2 bilhões desembolsados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) naquele ano.

Segundo o IBGE, o valor das obras de infraestrutura realizada por empresas com 30 funcionários ou mais totalizou R\$ 129,6 bilhões, sendo que R\$ 17,7 bilhões foram de instalações esportivas (possivelmente efeito da Copa do Mundo) e R\$ 726,5 milhões de pistas de aeroportos (com provável conexão com as concessões no setor).

As obras residenciais ganharam espaço e vieram em segundo lugar. De acordo com o IBGE, o valor nominal dessas construções chegou a R\$ 76,6 bilhões em 2013.

"O aumento da participação deste grupo nos últimos anos está diretamente relacionado à expansão do crédito imobiliário e do número de unidades financiadas, ambas influenciadas pela redução das taxas de juros naquele período, ampliação dos prazos de financiamento, aumento da renda e do emprego, além de alterações no marco regulatório do crédito imobiliário", destacou o instituto.

Regiões

Em termos regionais, o Sudeste continuou à frente das demais regiões em termos de participação no pessoal ocupado (55,0%) e no valor das incorporações, obras e serviços da construção (61,9%). Apesar disso, as regiões Norte e Nordeste foram as que mais ganharam espaço no cenário nacional da atividade entre 2012 e 2013.

Habitação, transportes e alimentação respondem por 0,48 pp no IPCA-15, diz IBGE

21/10/2015 – Fonte: R7

Apenas três grupos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15) foram responsáveis por mais de dois terços da inflação percebida em outubro. Habitação, Transportes e Alimentação e Bebidas responderam por 0,48 ponto porcentual na alta de preços, que ficou em 0,66% neste mês, conforme divulgou na manhã desta quarta-feira, 21, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O aumento de 10,22% nos preços do botijão de gás fez com que o item exercesse o principal impacto individual (0,11 pp). O resultado se deve ao reajuste de 15% nas refinarias autorizado pela Petrobras desde o dia 1º de setembro.

Entre setembro e outubro, contudo, o repasse para o consumidor superou essa taxa, chegando a 16,11%, segundo o IBGE. Com isso, o grupo Habitação acelerou a 1,15% no mês de outubro, contra alta de 0,68% no mês passado.

A segunda principal influência veio dos combustíveis, que levaram os Transportes a subirem 0,80% neste mês, apontou o órgão. Só a gasolina ficou 1,70% mais cara, reflexo de parte do reajuste de 6% praticado pelas refinarias desde 30 de setembro. Além disso,

o etanol subiu 4,83% nas bombas, o que contribui para a alta da gasolina, já que faz parte de sua composição, destacou o IBGE.

No grupo Alimentação e Bebidas, houve alta de 0,62% em outubro, contra queda de 0,06% em setembro. Os alimentos consumidos em casa subiram 0,39%, incluindo itens como frango inteiro (5,11%), batata-inglesa (4,22%), arroz (2,15%), pão francês (1,14%) e carnes (0,97%). Enquanto isso, a alimentação fora avançou 1,06%, com destaque para a refeição fora de casa (1,15%).

BHP aumenta produção de minério de ferro e reduz investimentos em petróleo

21/10/2015 – Fonte: R7

A BHP Billiton impulsionou sua produção trimestral de minério de ferro em 7 por cento, informou a empresa na noite de terça-feira, enquanto manteve a meta anual ignorando crescentes preocupações de um excesso de oferta global.

A gigante de mineração também cortou seu programa de investimentos em petróleo e gás, poupando mais de 200 milhões de dólares, à medida que aperta o cinto durante a queda dos preços das commodities em meio ao crescimento mais lento da China.

"A BHP Billiton continua no caminho de alcançar sua produção do ano e o guidance de custos após uma sólida performance operacional neste trimestre, disse o presidente-executivo, Andrew Mackenzie, no relatório, antes da reunião anual da companhia em Londres na quinta-feira.

A essa taxa projetada de produção de minério de ferro, a BHP vai manter sua posição de terceiro lugar mundial em produção e exportação da matéria-prima do aço, e que responde por mais da metade de suas receitas e lucros.

A BHP, que divulgou a produção trimestral até setembro em 61 milhões de toneladas, planeja produzir 247 milhões de toneladas no ano até 30 de junho de 2016, 6 por cento acima em comparação com o ano anterior, colocando-a atrás apenas da Vale e da Rio Tinto.

Esta semana a Vale disse ter produzido um recorde de 88,2 milhões de toneladas de minério de ferro no terceiro trimestre, um pouco à frente da Rio Tinto.

China busca atrair investidores privados para projetos, diz mídia estatal

21/10/2015 – Fonte: R7

A China vai procurar adotar isenções fiscais, introduzir incentivos financeiros e agilizar os processos de aprovação para projetos de infraestrutura buscando atrair investimento privado, informou a mídia estatal.

As declarações foram feitas pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma em uma entrevista na terça-feira para promover o modelo de financiamento de parcerias público-privadas, reportou a agência de notícias oficial Xinhua sem dar mais detalhes.

Essas parcerias podem ajudar a melhorar a reforma estrutural dos investimentos e financiamentos e energizar o investimento privado, enquanto melhora os serviços e equipamentos públicos, disse o vice-presidente da comissão, Zhang Yong, segundo a agência de notícias.

Pequim está encorajando os governos locais a buscarem investimento privado para projetos de infraestrutura, com o objetivo de preencher uma lacuna de financiamento.

Até o momento neste ano, os governos locais anunciaram mais de 3,5 trilhões de iuanes (551,69 bilhões de dólares) em projetos que vão desde vias expressas a museus sob o modelo de parcerias público-privadas, incluindo 940 bilhões de iuanes de projetos lançados por sete províncias chinesas na própria entrevista de terça-feira.

Entretanto, o interesse por parte dos investidores privados tem sido fraco, com os mais entusiasmados sendo aquelas companhias ligadas ao Estado.

Itaipu bate recorde e gera mais do que sua capacidade nominal

21/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



A usina de Itaipu, hidrelétrica responsável por atender aproximadamente 17% da demanda brasileira de energia, registrou na terça-feira (20), um novo recorde de geração horária de energia elétrica.

Durante a tarde, a usina alcançou a marca de 14.167 megawatts (MW) de geração, número superior à potência instalada da unidade, de 14.000 MW. A marca também superou o antigo recorde de 14.116 MW registrado em março passado.

O novo recorde é explicado pela cheia registrada nos últimos 12 dias, a mesma que obrigou Itaipu a verter água durante três dias, entre a noite de sexta-feira (16) e a noite de segunda-feira (19).

A usina opera, neste momento, com o reservatório a 100% de sua capacidade de armazenamento de água.

A melhor condição operacional, associada à necessidade de a região Sul do país compensar a menor geração elétrica em outros submercados, como o Sudeste e o Nordeste, permitiu à Itaipu Binacional operar a plena atividade.

O resultado foi o registro de dois recordes em uma única tarde. Entre 12 horas e 13 horas da terça-feira, a usina alcançou a potência de 14.145 MW, um novo recorde histórico até então. Mais tarde, o novo recorde, de 14.167 MW, foi atingido.

Com a carga máxima, Itaipu tem representado o equivalente a 17% de toda a energia consumida no Brasil.

A usina, ao mesmo tempo, também foi responsável por atender 75% da demanda do mercado paraguaio.

Indústria brasileira exporta mais por menos por causa dos preços menores

21/10/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



A menor demanda global e o acirramento da competição em mercados estratégicos vêm forçando a indústria brasileira a exportar mais por menos.

O preço médio da tonelada enviada pelo país ao exterior alcançou o menor nível desde 2009, quando o mundo ainda vivia os efeitos da crise financeira global.

O levantamento, feito pela Folha, considera os embarques de manufaturados, bens de alto valor agregado, de janeiro a setembro de cada ano.

Ele mostra que, em 2015, o Brasil recebeu, em média, US\$ 1.500 por tonelada exportada – queda de 15% ante o ano passado. Em 2011, o preço médio chegou a US\$ 2.000.

MAIS POR MENOS - O volume de manufaturados exportados aumenta, mas as receitas caem

Os dados indicam que a indústria vive um período de duplo aperto. Por um lado, o mercado está desaquecido.

A OMC (Organização Mundial do Comércio) já reduziu sua expectativa de crescimento no comércio internacional de 4% para 2,8% –bem abaixo da média histórica de 5%.

Por outro, a perda de espaço em mercados estratégicos, como Europa e Argentina, força a redução de preços.

"Estamos vivendo a confluência perversa de competição forte e mercados deprimidos. Tivemos de acompanhar o ritmo de China e outros mercados e, para vender um pouco mais, baixar o preço", diz Carlos Abijaodi, diretor da CNI (Confederação Nacional da Indústria).

As montadoras com fábricas no Brasil tiveram de recorrer a esse expediente. Com o acirramento da crise na Argentina, grande comprador de manufaturados brasileiros, o setor sentiu o baque nas vendas no ano passado.

Em 2015, as empresas conseguiram ampliar ligeiramente o volume de automóveis de passageiros exportados, mas as receitas caíram quase 4%.

A situação se repete em diversos segmentos industriais, segundo dados da Funcex (que estuda o comércio exterior). As vendas de tubos de ferro ou aço, por exemplo, ficaram praticamente estáveis nos nove primeiros meses do ano, mas as o valor levantado em dólares caiu 24%.

Os embarques de motores e geradores elétricos caíram 7%. A redução do preço, contudo, foi ainda maior: 23%.

A queda do preço das commodities, que derrubou as vendas de produtos básicos, também afetou o resultado dos produtos industriais.

Isso porque, produtos como óleos combustíveis têm peso relevante na pauta de manufaturados. De janeiro a setembro, o país exportou volume quase 25% menor de diesel. As receitas com a venda despencaram 64%.

As produtoras brasileiras de açúcar refinado embarcaram 3% a mais de janeiro a setembro, por 15% a menos do valor vendido no mesmo período de 2014.

"Isso mostra os problemas com uma pauta refém de commodities. Mesmo no grupo dos manufaturados, temos um peso expressivo de produtos intensivos em recursos naturais", afirma Abijaodi.

EXCEÇÕES

Apesar do cenário ruim, há exemplos de segmentos que conseguiram ampliar as exportações. Mas são quase exceções no "pelotão de elite" dos bens industriais.

Segundo dados da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o Brasil elevou as vendas em dólares ao exterior em apenas 5 de 30 segmentos industriais (veja quadro ao lado).

O setor aeronáutico é o mais bem-sucedido da lista. De janeiro a setembro, os embarques de aviões aumentaram em volume relação ao mesmo período de 2014 (+15%) e as receitas subiram em ritmo ainda maior (+19%).

DÓLAR

A alta do dólar, que torna os produtos brasileiros mais competitivos, é uma das apostas da indústria para melhorar a situação das exportações –em valores, o país amarga queda pelo quarto ano consecutivo.

O impacto da desvalorização do real deve ainda demorar alguns meses para ser sentido de forma mais ampla, já que os contratos são fechados com antecedência.

"Estão todos animados para exportar. O dólar pode ajudar, mas não será um caminho fácil. Focamos muito no mercado interno e deixamos, assim, de desenvolver distribuidores e clientes", diz José Pimenta, professor de relações internacionais da ESPM.

Volkswagen terá de rever império de 12 marcas para superar crise

21/10/2015 – Fonte: Automotive Business

A Volkswagen deverá sair viva da crise na qual se meteu por fraudar o controle de emissões da família EA189 de motores diesel, mas não sem alguns arranhões. Esta é a estimativa de analistas do mercado europeu.

O império da companhia alemã poderá diminuir para que ela consiga arcar com os custos do escândalo, estimados em US\$ 34 bilhões para os próximos anos.

O Grupo Volkswagen detém 12 marcas, incluindo algumas que permanecem no portfólio mais por tradição e para garantir o gigantismo da empresa do que pela boa performance de mercado.

Um consultor declarou à agência Bloomberg que, até então, a montadora equilibrava seus resultados investindo nas marcas com a performance mais fraca parte do lucro gerado pelas vendas da Porsche, por exemplo. Agora essa estratégia terá de ser revista, já que o foco ficará em dar conta dos custos gerados pelo escândalo.

O novo CEO da companhia, Matthias Mueller, já admitiu a intenção de cortar custos e cancelar projetos que não forem essenciais. Estima-se que Bugatti, Lamborghini e Ducati estejam no time das marcas de baixa lucratividade, com a importância concentrada no peso que têm para compor a oferta de veículos premium do grupo.

A espanhola Seat é a mais visada na linha de corte, já que tem fechado com prejuízo anual desde 2007. Além disso, seu portfólio se sobrepõe ao da Skoda, que também pertence ao Grupo Volkswagen, mas alcança resultados melhores.

A recém-formada divisão Volkswagen Truck&Bus também podem ser enxugada, segundo indicam especialistas. A Scania e a MAN entrariam justamente agora em período de reestruturação, com a busca de sinergias. O processo ficará mais difícil com os custos gerados pela crise, o que pode tornar a venda de uma das marcas opção interessante.

Retração do setor automotivo causa perda de R\$ 16 bi para o governo, diz Anfavea

21/10/2015 – Fonte: CIMM

A queda das vendas do setor automotivo em 2015 causa uma perda de R\$ 16 bilhões em arrecadação para o governo federal, disse nesta terça-feira, 20, o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Moan, com base em levantamento feito pela entidade.

"Para se ter uma ideia, esse valor representa metade do que o governo espera arrecadar com a volta da CPMF em 2016 (em torno de R\$ 32 bilhões)", afirmou o executivo, que participa de congresso com líderes do setor automotivo em São Paulo.

Ele voltou a negar que o incentivo fiscal para o setor gere distorções no mercado. "Cada ponto de redução de imposto é repassado para o consumidor", explicou.

Acordo

Moan também comentou o andamento das negociações do acordo comercial com a Colômbia. De acordo com o executivo, o acordo deve ser assinado em novembro. "Com isso, as montadoras já devem começar a exportar para lá no fim deste ano", prevê.

Segundo Moan, a Colômbia importa hoje cerca de 300 mil veículos por ano e o Brasil participa deste mercado com apenas 8 mil unidades. "Nossa penetração é baixíssima. Com o acordo, esperamos elevar nossa participação para 12 mil no primeiro ano, 25 mil no segundo ano e 50 mil a partir do terceiro ano", estima o executivo.

De acordo com o presidente da Anfavea, os veículos brasileiros têm pouca penetração na Colômbia porque têm uma alta taxa, em torno de 16,5%. O acordo prevê um comércio livre de impostos. Segundo Moan, a Colômbia é o terceiro maior mercado da América do Sul.

Caminhões

O presidente da Mercedes-Benz no Brasil, Phillip Schiemer, que participa do mesmo congresso, disse que, em condições normais, o País poderia repetir o patamar de vendas de caminhões observado em 2011, de 160 mil unidades, no futuro. "Não é um número fora da realidade e pode ser atingido", afirmou.

Este ano, porém, a realidade está longe disso. No acumulado de janeiro a setembro a venda de caminhões alcançou 99 mil unidades no País, contra 111 mil unidades em igual período de 2011.

"Desde então as condições pioraram muito", lamentou o executivo, ressaltando que a crise política tem impedido uma recuperação da economia. "O cenário político atrapalha. Temos de ter mais estabilização", declarou.

Schiemer disse ainda que acredita em um "futuro melhor" para o Brasil, mas, para isso, "tem de haver solução política". "Enquanto isso, não vamos ficar parados, vamos continuar produzindo, para estarmos prontos quando a situação melhorar", afirmou.

Governo suspende obrigatoriedade de instalação de chip em carro saído de fábrica

21/10/2015 – Fonte: CIMM

O governo federal decidiu suspender a exigência de que os veículos passem a sair de fábrica com um chip que funcionaria como rastreador e bloqueador. O equipamento se tornaria obrigatório a partir de maio do próximo ano. No entanto, por ser considerado um risco à privacidade, esse projeto acabou barrado na Justiça.

A resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) que suspende o cronograma obrigatório do Sistema Integrado de Monitoramento e Registro Automático de Veículos (Simrav) foi publicada nesta quarta-feira no Diário Oficial da União.

Trata-se da segunda medida do Contran neste ano que suspende exigências de novos equipamentos em veículos. A primeira foi o fim da obrigatoriedade de instalação de extintores tipo ABC, em setembro.

O sistema foi regulamentado em 2007, mas sofreu alterações até 2009, quando foi retirada a obrigatoriedade de acionar o rastreamento por GPS, deixando que o proprietário decida se usa ou não o recurso.

O Simrav difere do Sistema Nacional de Identificação de Veículos (Siniav), que também exige a instalação de chips em carros, motos e caminhões, mas não apenas em veículos novos.

O último sistema não utiliza GPS. Nesse caso, o governo tenta emplacar a instalação de chips desde 2006. O Siniav já passou por mudanças e a implantação foi prorrogado por diversas vezes. A última de 30 de junho deste ano para 1º de janeiro de 2016. Não houve alteração desse prazo na medida publicada hoje no DOU.

A justificativa para a instalação dos chips é que permitem prevenir furtos/roubos e ter um maior controle da frota. Os veículos seriam identificados por radiofrequência, por meio do chip, antenas leitoras, centrais de processamento e sistemas informatizados de monitoramento.

A ideia é que leitores instalados em pontos estratégicos identifiquem o veículo automaticamente. As informações armazenadas no chip, como a placa e taxas pendentes, seriam transmitidas a centrais de processamento, o que facilitaria a fiscalização de veículos irregulares. O chip também pode ser usado na gestão do tráfego e para pagamento de pedágio eletrônico.

Roraima, Estado com a segunda menor frota automotiva do Brasil, foi o primeiro a colocar a ideia em prática, mas abortou a exigência por pressão política. A empresa vencedora da licitação cobrava R\$ 95,67 por cada chip.

A Associação Nacional dos Detrans sempre levantou dúvidas sobre questões técnicas e jurídicas de exigir o equipamento em todos os veículos.

Starbucks e Fiat receberam benefícios tributários ilegais, diz UE

21/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



A chefe do órgão de competição da Europa ordenou nesta quarta-feira (21) que a Holanda recupere de 20 milhões a 30 milhões de euros em impostos do Starbucks, e pediu que Luxemburgo reclame o mesmo montante da Fiat Chrysler Automobiles, afirmando que seus esquemas de favorecimento tributário infringiram as regras do bloco.

A decisão da comissária europeia da concorrência, Margrethe Vestager, faz parte de uma operação de repressão por parte de reguladores globais contra a evasão fiscal.

Acordos especiais que reduzem os tributos pagos por multinacionais a pouco mais de zero em alguns casos ficaram sob escrutínio no momento em que governos enfrentam dificuldades com redução da arrecadação.

“Regras tributárias que artificialmente reduzem impostos às companhias não estão em linha com as regras dos Estados da União Europeia. Elas são ilegais. Espero que, com as decisões de hoje, essa mensagem seja ouvida pelos governos dos Estados membros e pelas companhias”, disse Vestager em comunicado.

“Todas as companhias, grandes ou pequenas, multinacionais ou não, devem pagar suas taxas justas de impostos”, acrescentou.

A Comissão disse que o Starbucks se beneficiou de uma regra tributária de autoridades holandesas em 2008 e a Fiat de uma regra de Luxemburgo em 2012. A Comissão concluiu que os lucros tributáveis da unidade da Fiat em Luxemburgo poderiam ter sido 20 vezes maiores sob condições de mercado normais.

Base aliada na Alep rejeita ‘pedagiômetro’ no Paraná

21/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Por 27 votos a 19, a Assembleia Legislativa (Alep) rejeitou, na terça-feira (20), a obrigatoriedade de que a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (Agepar) fornecesse, em tempo real, os valores arrecadados pelas concessionárias de pedágio – o “pedagiômetro”.

A base aliada ainda manteve a decisão do governador **Beto Richa** (PSDB) de esvaziar o conselho da agência, que perde o poder de tomar decisões e passa a ser apenas consultivo. A votação da proposta será concluída nesta quarta (21) em plenário.

Texto final

Veja como ficou o projeto sobre a Agepar:

APROVADAS

Emenda 1

Estabelece as entidades que terão assento no Conselho Consultivo em nome dos usuários (Fiep, ACP, Faep, etc) e dá uma vaga à OAB.

Emenda 5

Impede que a Agepar realize audiências públicas por meio eletrônico, abrindo mão das presenciais.

REJEITADAS

Emendas 2 e 7

Mantinha o poder deliberativo, e não consultivo, do conselho.

Emenda 3 (englobada pela 1)

Dava um assento no conselho à OAB e previa a renovação de um terço dos membros anualmente.

Emenda 4

Excluía a possibilidade de que os membros dos conselhos faltassem quantas vezes quisessem às reuniões sem perder os mandatos.

Emenda 6

Prevía que a agência fornecesse, em tempo real, os valores arrecadados pelas concessionárias e o número de veículos que passam pelas praças de pedágio.

Emenda 8

Fornecia à Agepar um procurador do Estado para ações judiciais.

Emenda 9

Estabelecia que a prorrogação do pedágio dependeria de autorização prévia da Assembleia.

Polêmico, o projeto de Richa concentra nas mãos dos cinco diretores da Agepar – nomeados por ele próprio – todas as decisões envolvendo o órgão. Para isso, o tucano tira o caráter deliberativo do conselho que conta com a participação de representantes de usuários e de entidades da sociedade civil, e o transforma apenas em consultivo.

O ponto mais controverso retira do grupo a autonomia de “aprovar a metodologia de fixação, revisão, ajuste e homologação de tarifas”. O conselho também perde o poder de aprovar o plano geral de metas da agência e os relatórios anuais da diretoria, bem como de requerer informações sobre qualquer decisão dos diretores da Agepar.

Na sessão desta terça (20), os parlamentares governistas demonstraram mais uma vez a blindagem que as concessionárias de pedágio têm na Casa, ao rejeitar emendas da oposição que tentavam manter o caráter deliberativo do conselho.

Além disso, derrubaram a emenda do deputado Tercílio Turini (PPS) que garantia a divulgação em tempo real do montante arrecado pelas empresas e da quantidade de carros circulando pelas praças de pedágio.

Com base nesses números, seria possível, por exemplo, mensurar se as concessionárias estão cumprindo as exigências de investimentos nas estradas do estado, de acordo com as planilhas de cálculo previstas em contrato.

“São quase 18 anos de concessão e não sabemos se as informações prestadas pelas concessionárias são as corretas. Divulgar esses números é uma forma de respeito aos paranaenses”, defendeu Turini.

Líder do governo, Luiz Claudio Romanelli (PMDB) disse que a emenda era bem-intencionada, mas não teria eficácia, uma vez que cabe ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER) fazer esse controle.

Numa espécie de mea-culpa, o peemedebista anunciou a apresentação de um projeto com teor semelhante – assinado por vários deputados –, que prevê a instalação de equipamentos de contagem de tráfego nas praças de pedágio. Pela proposta, o DER deverá repassar as informações mensalmente à Agepar.

Em plenário, Romanelli garantiu que vai solicitar regime de urgência na tramitação da matéria, para apressar a sua aprovação. A promessa, porém, tem grandes chances de não se concretizar, diante da grande pressão de bastidores sofrida – e aceita – pelos parlamentares ao tratarem de qualquer assunto sobre o pedágio.

Artigo: Recomeçar

21/10/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

Quando olhamos para a situação nacional, temos a melancólica impressão de que estamos diante de um bate cabeças insensato entre Executivo (que, infelizmente, perdeu a credibilidade com as mentiras no processo eleitoral) e Legislativo (que não aproveitou o recente aumento de protagonismo tão importante para o fortalecimento da democracia).

A vontade é de repetir o pedido da diretora-gerente do FMI, na discussão sobre o problema grego: "Senhores, vamos recomeçar tudo, mas apenas com adultos na sala".

A proposição pode parecer absurda, mas atenção ao impasse que se havia criado. De um lado, a autoridade da zona do euro (no papel de fiscal Legislativo) recusava-se a estudar alguma mitigação para a vitaminada dívida grega.

Do outro, o governo grego (no papel do nosso Executivo), com ar de tédio (enquanto secretamente preparava um plano B, gestado pela heterodoxia), afirmava ser impossível "rever os gastos", particularmente os da aposentadoria. Como terminou a melódia? Numa tragédia grega!

Qualquer semelhança com o caso brasileiro é apenas excesso de imaginação.

Se o Executivo e o Legislativo não tiverem o mínimo de bom senso, paciência e inteligência para sentar, discutir e aprovar um programa capaz de restabelecer a ordem fiscal em três ou quatro anos que dê segurança de que a relação dívida bruta/PIB vai estabilizar-se e de que as mudanças estruturais necessárias (previdência, vinculações etc.) serão feitas, a confiança dos agentes econômicos privados não será antecipada e o crescimento econômico (que é, por si, 2/3 da solução de problema) não voltará. Se isso não acontecer, não há a menor esperança de que possamos voltar a um relativo equilíbrio econômico e veremos aumentar o desequilíbrio social.

O maior equívoco dos partidos do governo, os da sua base desorientada e os da desfocada oposição, é pensar que tudo continuará como está.

Os movimentos "da rua" revelam que as placas tectônicas eleitorais da democracia já estão se movendo. Exatamente como em 1990, quando as urnas mandaram para casa todas as velhas lideranças e emergiu Collor, que fez uma pequena revolução, infelizmente desastrosa.

Repetiu-se com o acidente FHC, em 1994, que mudou o Brasil. Enfasiado, o país elegeu Lula em 2002, "para mudar tudo", e está terminando muito mal...

Se o Executivo, a sua base e a oposição sem princípios não se entenderem, a próxima eleição de 2016 será apenas um aperitivo para o desenlace final de 2018, quando as urnas revelarem os seus segredos e enterrarem tudo que está aí. Para a democracia sobreviver temos que permitir que ela se corrija!

(Antonio Delfim Netto- Ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal).

Crise provoca êxodo de profissionais em empresas multinacionais no Brasil

21/10/2015 – Fonte: EM.com

São Paulo, 21 - Uma pesquisa que acompanha a mobilidade de funcionários em multinacionais no Brasil identificou um novo fenômeno: o aumento na transferência de profissionais do Brasil para outros países.

O movimento tem uma razão básica. A crise econômica. A recessão reduz a perspectiva de crescimento profissional no Brasil e frustra a receita das empresas, exigindo corte de custos.

A pesquisa, conseguida em primeira mão pelo jornal O Estado de S. Paulo, foi respondida pela área de Recursos Humanos de 220 multinacionais instaladas no País - tanto empresas estrangeiras com unidades no Brasil quanto empresas brasileiras com operações globais.

Tratam-se de grandes corporações: 53% delas possuem mais de 10 mil funcionários e 76% têm sede fora do Brasil. O levantamento é realizado pela Global Line, empresa de treinamento e consultoria especializada em desenvolvimento de equipes, em parceria com a Worldwide ERC, associação sem fins lucrativos, que atua na gestão global de talentos.

"É o quarto ano que fazemos o levantamento no Brasil e esta é a primeira vez que aparece um movimento de saída do País com esta intensidade", diz Marcelo Ribeiro, sócio da Global Line. "Não há dúvida que é reflexo da crise."

O dado que mais impressiona Ribeiro é o verdadeiro êxodo de brasileiros. Nas multinacionais verde-amarelas, o número de brasileiros que migrou e agora trabalha lá fora aumentou em 65% entre 2014 e 2015.

Mas houve um grande volume de saída de estrangeiros também. Empresas estrangeiras instaladas aqui reduziram em 19% o número de trabalhadores de outros países.

Há duas razões básicas acirrando o movimento de saída do Brasil, segundo Natacha La Farciola, analista de recursos humanos de uma grande montadora (o nome não pode ser divulgado a pedido da empresa) e presidente do Gadex, o Grupo de Expatriados, associação que reúne 35 multinacionais para periodicamente discutir os grandes temas ligados à gestão global de talentos.

A primeira razão é que os profissionais mais qualificados não estão vendo futuro no País e buscam uma carreira internacional. "Uma vivência no exterior pode render um aumento de salário de 10% a 30%, além dos benefícios que se recebe, como casa, carro e bônus", diz Natacha.

A outra razão, diz a executiva, é que as empresas instaladas no Brasil estão tentando economizar. Um expatriado não é apenas mais caro - pode custar de duas a quatro vezes mais.

Ele também é pago pelo caixa do País onde trabalha. "Ao transferi-lo, transfere-se também o custo." Neste momento, em que a economia brasileira está em recessão, a transferência permite o corte de custo e a preservação do funcionário.

O País, porém, perde talentos. No total, quase 1,5 mil profissionais qualificados deixaram o Brasil de 2014 para 2015. Na verdade, a fuga é altamente qualificada, pois a debandada se deu principalmente entre técnicos especializados e integrantes da alta gestão.

Para complicar ainda mais, um número maior de funcionários bem formados mudou de vez. No ano passado, 55% das empresas utilizaram programas de expatriados para transferências definitivas.

Neste ano, este número passou para 73%. Entre os setores que mais utilizam este programa estão o automotivo.

"Tem mais brasileiros indo embora", diz Ribeiro. "Em parte porque as próprias empresas estão desmontando operações aqui e se mudando para países mais competitivos, como EUA, onde a energia mais barata viabiliza a produção industrial."

Mudança

Hoje, muitas empresas brasileiras estão vendo mais chances de crescer lá fora do que internamente. Um exemplo é a CI&T, provedora de serviços de tecnologia de Campinas (SP).

Segundo César Gon, fundador da companhia, a empresa já tem 30% de sua receita, que deve chegar a R\$ 330 milhões em 2015, vinda da operação nos EUA. E o objetivo é ampliar ainda mais a fatia estrangeira, com uma forte aposta no mercado chinês.

Gon diz que é necessário levar brasileiros para abrir a operação. Nos EUA, onde a empresa está presente há mais de dez anos, 60% da equipe ainda é verde-amarela.

O empresário diz que os funcionários que se mostram dispostos a ir para o exterior estão adotando uma nova atitude com a crise atual. "Agora, as pessoas querem ir e ficar lá fora por um bom tempo."

Toyota anuncia recall de 6,5 milhões de carros

21/10/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



Toyota: com o recall, a empresa pretende verificar o funcionamento do controle das janelas principais, ao citar um risco de superaquecimento e de liberação de fumaça

A montadora japonesa Toyota anunciou nesta quarta-feira um recall de 6,5 milhões de carros em todo o mundo para "verificar o correto funcionamento do controle das janelas principais", ao citar um risco de "superaquecimento e de liberação de fumaça".

Nos últimos meses, o grupo japonês se viu obrigado a anunciar o recall de quase 10 milhões de veículos por problemas nos airbags construídos pela empresa Takata, considerados responsáveis por vários acidentes fatais.

No caso anunciado nesta quarta-feira, os veículos envolvidos - incluindo modelos Yaris, Corolla, Camry ou RAV4 - foram fabricados entre 2005 e 2010.

A operação afeta quase 600.000 unidades no Japão, 2,7 milhões nos Estados Unidos, 1,2 milhão na Europa e dois milhões em outras regiões do mundo.

A empresa afirmou que não recebeu informações sobre acidentes vinculados à falha, mas um cliente pode ter sofrido uma queimadura na mão em consequência do problema.